

LEI 46/2007

**"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO  
MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO  
DE 2008."**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAUBAL, ESTADO DO CEARÁ,**

**Faço saber que a Câmara Municipal de CARNAUBAL aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:**

**TÍTULO I  
DISPOSIÇÕES COMUNS  
Capítulo Único**

**Art. 1º.** – Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Carnaubal para o Exercício Financeiro de 2008, compreendendo:

**I** – O Orçamento Fiscal, referente aos poderes do Município, seus Órgão, Entidades e Fundos instituídos, da Administração Direta mantida pelo Poder Público Municipal.

**II** – O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todos os Órgãos e entidades da Administração Direta a ele vinculado, bem como, dos Fundos instituídos pelo Poder Público Municipal.

**TÍTULO II  
DOS ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**CAPÍTULO I  
DA ESTIMATIVA DA RECEITA**

**Art. 2º.** – A RECEITA ORÇAMENTÁRIA, conforme a legislação vigente, é estimada em R\$. 16.696.401,00 (Dezesseis Milhões, Seiscentos e Noventa e Seis Mil, e Quatrocentos e Um Reais), que estão discriminadas por categoria econômica, conforme desdobramento dos Anexos da Proposta Orçamentária.

**CAPÍTULO II  
DA FIXAÇÃO DA DESPESA  
Seção I  
Da Despesa Total**

**Art. 3º.** – A DESPESA ORÇAMENTÁRIA, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$. 16.696.401,00 (Dezesseis Milhões, Seiscentos e Noventa e Seis Mil, e Quatrocentos e Um Reais), conforme desdobramento dos Anexos que compõe a Proposta Orçamentária.

**Seção II**  
**Da Distribuição da Despesa por Função, Órgão e Categoria Econômica**

**Art. 4º.** - A despesa fixada, à conta de recursos previstos neste capítulo, apresenta-se por função, órgão e Categoria Econômica, conforme o desdobramento dos anexos I, II e III.

**Parágrafo Único:** Durante a execução Orçamentária, fica autorizado o Poder Executivo a remanejar, transpor, ou transferir total ou parcialmente, as categorias de programação constante desta Lei, até o nível de Elemento de Despesa, mantido o respectivo valor total do detalhamento por esfera orçamentária e/ou conta orçamentária e fonte de recursos, afim de ajustar a programação aprovada às competências e atribuições definidas para cada órgão ou unidade orçamentária.

**Seção III**  
**Dos Créditos Adicionais**

**Art. 5º.** - Fica o Poder Executivo Municipal, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal 4.320/64, autorizado a abrir Créditos Adicionais Suplementares, até o valor correspondente a 80% (Oitenta por cento) do total dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes nesta Lei, bem como, para promover ajustes de programação por insuficiências nas dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- I – Da Anulação parcial e/ou total de Dotações;
- II – Da incorporação de Superávit e/ou Saldo Financeiro disponível do Exercício Anterior;
- III - Do Excesso de Arrecadação em bases constantes, dos recursos do Tesouro, considerando o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a receita prevista para o Exercício e a efetivamente realizada até o mês em alcance;
- IV – Do Excesso de Arrecadação em bases constantes, por força do ingresso de novos recursos oriundos de Programas Específicos, implantados por outras esferas de Governo, que impliquem no aumento de despesas em dotação orçamentária já constante no Orçamento, sem provisão do incremento destas;
- V – Do Excesso de Arrecadação em bases constantes, por força do ingresso de novos recursos oriundos de Convênios Específicos, que impliquem no aumento de despesas em dotação orçamentária já constante no Orçamento, sem provisão do incremento destas;
- VI – No valor de Operações de Créditos;
- VII – Da anulação dos recursos consignados à conta da Reserva de Contingência, previstos nesta Lei, somente para Suplementação de Despesas relativas a:
  - a)- Investimentos;
  - b)- Pessoal e Encargos Sociais;
  
  - c)- Refinanciamento da Dívida Pública Municipal;
  - d)- Incrementação de Despesas em virtude da implantação de Programas novos, cujas despesas, correrão à conta de Dotação já constante no Orçamento;
  - e)- Outros Passivos Contingentes;

**Parágrafo Único** – Fica o Presidente da Câmara autorizado a, no mesmo percentual do caput deste artigo, a suplementar as dotações da Câmara Municipal, mediante anulação de suas próprias Dotações.

**CAPÍTULO III**  
**DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITOS**  
**Seção Única**

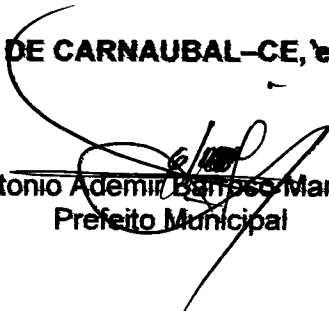
**Art. 6º.** – Fica o Poder Executivo autorizado a realizar Operações de Créditos, observadas as prescrições constitucionais e cumprida as exigências mencionadas nos artigos 32 a 38 da Lei Complementar 101/2000, de 4 de maio de 2000.

**Parágrafo Único** – Ao realizar Operações de Créditos, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder garantias, mediante vinculações de parcelas de recursos oriundos da Cota parte do Fundo de Participação dos Municípios(FPM) e/ou do Imposto Sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação(ICMS), ou de outras fontes do Tesouro Municipal.

**CAPÍTULO IV**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**  
**Seção Única**

**Art. 7º.** – Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2008, revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAL-CE, em 19 de Outubro de 2007.**

  
Antonio Ademir Barbosa Martins  
Prefeito Municipal